

Pressão da UDR faz empresário aceitar anistia

BRASÍLIA — O empresariado decidiu não incluir a anistia da correção monetária na lista dos 24 pontos que pretende eliminar da nova Constituição, porque nem todos os setores concordam com a exclusão. Além de a União Democrática Ruralista (UDR) defender a anistia, cerca de 40% dos associados da Federação da Indústria de São Paulo (Fiesp) são pequenos empresários.

Da reunião realizada na sede da CNI (Confederação Nacional da Indústria) participaram presidentes de federações; dirigentes do setor rural, da Federação Nacional dos Bancos e da CNC (Confederação Nacional do Comércio); diretores do Instituto Brasileiro de Mineração e do Instituto Brasileiro de Siderurgia; e representantes da Associação Brasileira dos Anunciantes, dos supermercados e da empresa multinacional Esso. Eles decidiram fechar questão em torno de 24 emendas supressivas para o segundo turno de votação da Constituinte.

Unidade — Embora os assessores da CNI tenham preparado mais de 200 emendas - que serão levadas individualmente aos constituintes — apenas 24, segundo garante o presidente da Comissão de Assuntos Legislativos da CNI e diretor-tesoureiro da Fiesp, Ruy Altenfelder, reúnem o setor produtivo num movimento denominado "unidade empresarial".

Altenfelder admitiu que entre elas há "pontos negociáveis", mas não quer revelar ainda quais são. "Em princípio todos são inegociáveis, porque se pudéssemos apresentaríamos muito mais emendas, pois o texto não é de nosso agrado, ficamos com o texto possível", afirmou.

Mas entre os empresários presentes à reunião era corrente a opinião de que há três pontos absolutamente inegociáveis: direito de greve, turno especial de seis horas e imprescritibilidade das ações trabalhistas para o setor rural, este último por conta de um acordo com a UDR que elegeu este ponto como sua principal bandeira no segundo turno.

Os 24 pontos incluem o pagamento de adicional de um terço do salário nas férias, o aviso-prévio proporcional, a nacionalização do subsolo, a definição de empresas nacional, o adicional de Imposto de Renda para os estados, o imposto sobre grandes fortunas, a limitação das taxas de juros, os contratos de risco e a preferência da empresa nacional na aquisição de bens e serviços pelo poder público.

Embora Altenfelder tenha feito questão de dizer que todos os setores estão unidos em torno dos 24 pontos, o diretor de Relações Externas da Esso, Adhemar Berlefin, admitiu que os grandes grupos nacionais não querem a supressão da definição de empresa nacional nem de preferência para aquisição de bens e serviços.

Multinacionais — De acordo com o representante da Esso, nos próximos dias as multinacionais do setor petrolífero vão desencadear uma ampla campanha no rádio e na televisão contra três pontos: fim dos contratos de risco (segundo Berlefin, as empresas estrangeiras já investiram 1 bilhão 700 milhões de dólares na exploração de petróleo no Brasil), da nacionalização do subsolo e da preferência da empresa nacional para aquisição de bens e serviços.

Altenfelder disse que a CNI não fará nenhum tipo de campanha e que adotará como estratégia o corpo-a-corpo com os constituintes. "Passado o primeiro turno, onde imperou o emocional, passamos agora a uma fase mais racional onde, temos certeza, conseguiremos convencer os parlamentares na base da argumentação". Segundo ele, o presidente da Fiesp, Mário Amato, e os presidentes de outras federações irão procurar o governo para obter apoio às suas propostas.



Ruy Altenfelder (A) diz que CNI não fará nenhum tipo de campanha, mas procurará constituintes para fazer mudanças que em parte Lourenço (E) apoia e que Jobim (D) ainda está estudando



Parlamentares cedem assinaturas

Menos de 100 parlamentares atenderam a apelos dos líderes de suas bancadas e compareceram ontem a Brasília para tratar da apresentação de emendas ao projeto da nova Constituição, visando ao segundo turno de votação. A apatia, segundo o deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), um dos principais negociadores do *Centrão* no primeiro turno, pode ser indício "de um desinteresse geral, que poderá resultar na manutenção, sem grandes retoques, do relatório Bernardo Cabral".

Cada deputado pode apresentar um máximo de quatro emendas. Os líderes de partidos, o do governo e os coordenadores de movimentos de atuação plenária, como os do *Centrão*, pediram aos poucos parlamentares que se encontravam ontem em seus gabinetes para cederem uma ou duas de suas emendas. Para surpresa geral, houve muitos que preferiram entregar as quatro.

José Geraldo Ribeiro apontou duas causas para o desinteresse dos parlamentares em torno da votação da nova Carta em segundo turno: 1º — senadores e deputados federais estão empenhados em consolidar esquemas políticos no interior, nessa fase final de escolha dos candidatos a prefeito; e 2º — o alongamento dos trabalhos de votação, em primeiro turno, levaram todos à exaustão, o que poderá acelerar até, por falta permanente de quórum, a aprovação da futura Constituição.

PFL diz que não cede em 12 pontos

O PFL apresentará, no segundo turno da Constituinte, 75 emendas supressivas ao projeto de Constituição, a maioria concentrada nos Direitos e Garantias Fundamentais, na Ordem Econômica e na Ordem Social. Das 75, o líder do partido, José Lourenço, selecionou 12 que considera "inegociáveis", embora sem negociação, elas não tenham a menor chance de ser aprovadas.

Os 12 pontos, definidos como prioritários pelos pefelistas, são: a jornada máxima de seis horas nas empresas que trabalham em sistema de turnos ininterruptos de revezamento; o voto para os maiores de 16 anos e menores de 18; o monopólio do estado na distribuição de gás canalizado; o monopólio estatal da exploração de serviços de telecomunicações; a competência do estado para organizar o abastecimento alimentar; o direito de a OAB e de as entidades de classe de âmbito nacional proporem ações de inconstitucionalidade; a lei de planejamento nacional; a proibição de as empresas de capital estrangeiro operarem na pesquisa e lavra mineral; a proibição de contratos de risco na exploração de petróleo; a taxação dos juros em 12%; a vedação à comercialização de sangue e seus derivados; e a definição do mercado interno como patrimônio nacional.

O capítulo em que os pefelistas pretendem promover maiores mudanças é o dos Direitos Sociais. Eles têm na mira nada menos de 19 dispositivos.

PMDB arma plano do segundo turno

O líder do PMDB na Constituinte, Nelson Jobim, começa a receber amanhã as sugestões de emendas supressivas apresentadas pelos parlamentares pemedebistas designados para estudar diversos aspectos do projeto de Constituição. Com base nessas propostas, a liderança do PMDB armará sua estratégia para a votação no segundo turno.

O próprio Jobim e o deputado Antônio Mariz (PB) estão estudando os dois primeiros títulos (Princípios Fundamentais e Direitos e Garantias Fundamentais), com a ajuda de Mário Lima (BA). Os deputados Antônio Brito (RS) e Michel Temer encarregaram-se do título III (Organização do Estado), cabendo a avaliação da Organização dos Poderes a Egydio Ferreira Lima (PE), Nelson Carneiro (RJ) e Plínio Martins (MS). Antônio Brito apresentará as sugestões relativas à Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Firmo de Castro (CE) cuidará da Tributação e Orçamento, e Severo Gomes (SP) da Ordem Econômica.

O capítulo da Ordem Social está sob a responsabilidade de uma comissão composta por Almir Gabriel (PA), Raimundo Bezerra (CE), Jorge Uequed (RS), Júlio Costamilan (RS), Ubiratan Aguiar (CE), Mendes Ribeiro (RS), Ivo Lech (RS) e Severo Gomes. O senador Nelson Wedekin (SC) foi incumbido de estudar as disposições gerais e as disposições transitórias.